

TJ-SE

Cargo -

Analista: Judiciário –
Contabilidade



Editais verticalizados

Tribunal de Justiça de
Sergipe - SE

 O que cai
na prova



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto. Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Tipos textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada tipo.

Gêneros textuais e domínios discursivos: textos informativos, publicitários, propagandísticos, normativos, didáticos e divinatórios; características específicas de cada gênero.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Norma culta.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso. Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de Direito Constitucional

Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais,

nacionalidade, cidadania,

direitos políticos e partidos políticos.

Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.

Poder Judiciário. Disposições gerais.

Órgãos do Poder Judiciário: competências.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência.

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.

Noções de Direito Administrativo

Noções de organização administrativa.

Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração.

Princípios expressos e implícitos da administração pública. Órgãos públicos.

Agentes públicos.

Poderes administrativos.

Ato administrativo.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle dos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Responsabilidade civil do Estado.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021 (art. 1º ao art. 88).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe (Lei Complementar Estadual nº 88/2003 e suas alterações);

Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe (Lei Estadual nº 2.148/1977 e suas alterações) e
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Resolução nº 1/2023).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade geral e societária

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e variações patrimoniais.

Lançamentos contábeis.

Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).

Noções de Legislação Societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).

Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Notas explicativas. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ativo Intangível.

Arrendamentos.

Subvenção e Assistência Governamentais.

Contratos de Seguro.

Ajuste a Valor Presente.

Estoques.

Custos de Empréstimos.

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Evento Subsequente. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativo Imobilizado.

Propriedade para Investimento. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Tributos sobre o Lucro. Benefícios a Empregados.

Demonstrações Consolidadas. Mensuração do Valor Justo.

Receita de Contrato com Cliente.

Contratos de Concessão.

Relato Integrado: conceitos e estrutura.

Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

Contabilidade aplicada ao setor público

NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; e de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 13ª edição: Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.

Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.

Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no MCASP (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial).

Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.

Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

Administração Financeira e Orçamentária

Orçamento público: conceitos e princípios orçamentários.

Evolução conceitual do orçamento público.

Orçamento Programa: fundamentos e técnicas.

Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA),

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),

Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leis de Créditos Adicionais.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e decretos regulamentadores.

Auditoria Governamental

Conceito, evolução. Distinção entre auditoria interna e auditoria externa ou independente.

Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions). Relação entre auditoria interna, governança, gestão de riscos e controle.

Novo modelo das Três Linhas 2020 do Institute of Internal Auditors-IIA (atualização das Três Linhas de Defesa).

Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna.

Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP): NBASP 100 (ISSAI 100)

Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, NBASP 200 (ISSAI 200)

Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira, NBASP 300 (ISSAI 300)

Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional, NBASP 400 (ISSAI 400)

Princípios fundamentais de Auditoria de Conformidade.

Auditorias de conformidade, financeira e operacional.

Conceitos, características e finalidades.

Outros instrumentos de fiscalização: levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.

Planejamento de auditoria.

Modelo de risco de auditoria.

Termos da auditoria e estratégia global de auditoria.

Técnicas para obtenção do entendimento do objeto e de seu ambiente.

Materialidade.

Escopo do trabalho.

Avaliação dos riscos gerais do trabalho, dos riscos inerentes e de controle.

Respostas do auditor aos riscos gerais do trabalho.

Respostas do auditor aos riscos de distorção relevante ou residuais (natureza, época e extensão).

Matriz de Planejamento.

Métodos de amostragem aplicáveis às auditorias: por atributos e por unidade monetária.

Técnicas e procedimentos: inspeção documental, inspeção física, reexecução, recálculo, observação direta, entrevista indagação, circularização, conciliação, procedimentos de revisão analítica, cruzamento eletrônico de dados.

Suficiência e adequação das evidências. Matriz de Achados.

Tipos de opinião de auditoria em trabalhos de asseguarção razoável.

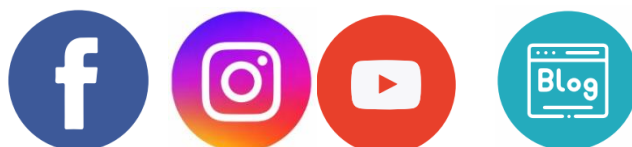
Documentação da auditoria.

Supervisão e Controle de Qualidade.

Normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (IN-TCU 84, de 22 de abril de 2020).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!